

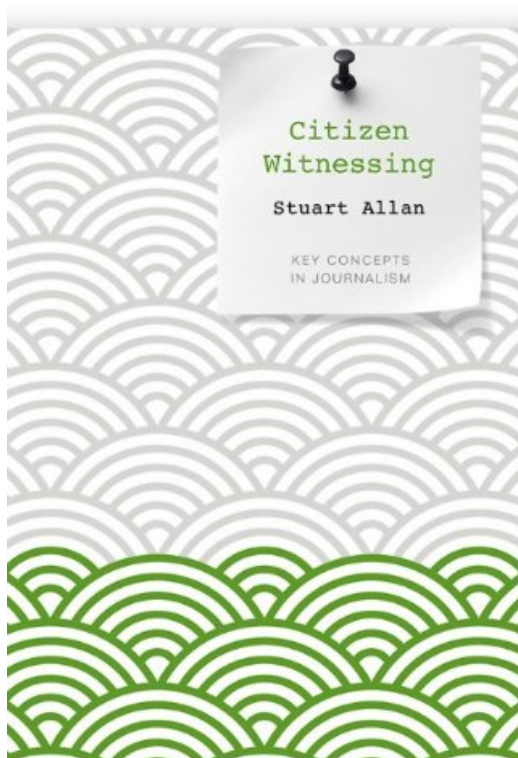
RECENSÃO

Citizen Witnessing: Revisioning Journalism in Times of Crisis

Stuart Allan

Filipe Resende

Universidade Católica
Portuguesa – Centro de Estudos
de Comunicação e Cultura



***Citizen Witnessing: Revisioning
Journalism in Times of Crisis.* Stuart
Allan. Cambridge & Malden: Polity, 2013.**

Citizen Witnessing: Revisioning Journalism in Times of Crisis é uma obra complexa de Stuart Allan, professor de Jornalismo e Comunicação na Universidade de Cardiff, dando continuidade à sua investigação sobre o fenómeno do jornalismo de cidadão enquanto forma de testemunho do indivíduo comum nos media. Este tipo de testemunho, segundo o autor, ganhou expressão após o Tsunami de 2004 no Sudeste Asiático, em consequência do envio para as redações e agências de notícias de vídeos, fotografias e relatos de cidadãos presentes no local da catástrofe. Este material, bem como muito outro partilhado em diversas plataformas online, permitiu aos media complementarem os meios de reportagem tradicional, o que se veio a traduzir numa valorização crescente do testemunho do cidadão presente no terreno, como Allan já havia observado em obra anterior (Allan, 2009: 18).

No atual contexto tecnológico, o jornalismo de cidadão e o testemunho do indivíduo comum espelham a expansão da “comunicação de massas autocomandada”, definida por Manuel Castells como uma comunicação que “é difundida em toda a internet, podendo chegar a todo o planeta, e autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos sem qualquer mediação do sistema dos media” (Castells, 2006: 24). É neste contexto que o jornalismo de cidadão como forma de testemunho do indivíduo adquire crescente relevância, nomeadamente com a generalização de “blogues, vlogues (vídeo-blogues), podding, streaming e outras formas de interatividade” (ibid.), através das quais o indivíduo comum passa a desempenhar o papel de testemunha, consumidor e produtor de notícias.

O livro encontra-se estruturado em sete partes. No primeiro capítulo, intitulado “Accidental Journalism”, é apresentada uma contextualização do crescimento do jornalismo de cidadão e o seu espaço nos media tradicionais, sendo exposto o caso paradigmático de Sohaib Athar, um utilizador que relata no Twitter a passagem de um helicóptero durante a madrugada, na zona onde vivia, no Paquistão, que mais tarde se comprovou serem as forças norte-americanas a abaterem Osama bin Laden.

Nesta primeira parte, o autor define o jornalismo de cidadão enquanto um discurso ligado aos ideais democráticos e como uma “reportagem na primeira pessoa, em que o indivíduo adota temporariamente o papel de jornalista, participando na construção espontânea de notícias em situações de crise” (Allan, 2013: 9). Como Allan havia já defendido, o jornalismo de cidadão reveste-se de uma função política, pois contribui para dar visibilidade a problemas sociais que por vezes estão à margem da vida pública (Allan, 2009: 13).

O autor refere que em algumas catástrofes e crises sociais foram cidadãos anónimos os primeiros a captar os momentos de eclosão com os seus dispositivos, pelo

que conceitos como *user-generated content* e a web 2.0 se tornaram cada vez mais presentes no discurso sobre a comunicação mediática. Plataformas como o YouTube e media sociais como o Facebook, o Twitter ou o Tumblr permitiram efetivamente aos indivíduos assumir uma posição mais ativa na produção e circulação de conteúdos. Ao mesmo tempo, o impacto da crise económica no jornalismo e na comunicação social em geral tem obrigado a cortes drásticos nas redações, levando a que se aproveite ao máximo os recursos existentes, e a uma elevada dependência de comunicados de imprensa e de material amador. Por outro lado, a valorização do jornalismo de cidadão trouxe também um conjunto de preocupações como a utilização do discurso subjetivo e consequentemente as dúvidas sobre a possibilidade de imparcialidade e objetividade. Já Gabe Mythen, num artigo recente, havia chamado a atenção para os riscos legais em que incorrem os cidadãos, como os processos de difamação e falsificação de imagens e vídeos, salientando que estes são problemas sérios que colocam em causa a credibilidade informativa (Mythen, 2010: 52).

Stuart Allan explica que casos como o de Sohaib Athar e do Tsunami de 2004 são exemplos singulares e nalgumas situações até acidentais, pois os cidadãos encontram-se num determinado local por mera coincidência, lembrando que existe um elevado número de materiais multimédia que por vezes nem sequer são vistos pelos media. Nesta primeira parte do livro, o autor veicula a ideia de que o jornalismo de cidadão é, por vezes, um jornalismo que ocorre por acaso. Como refere também Gabe Mythen, as “imagens de formação de incidentes de risco global são gravadas perto do epicentro” (Mythen, 2010: 47), pelo que o jornalismo de cidadão implica a proximidade do local de incidente e, por isso, a eventualidade (Allan, 2009: 1).

No segundo capítulo, denominado “The Journalist as Professional Observer”, Stuart Allan refere-se ao jornalismo como uma profissão que separa os factos da opinião e que assenta na observação do mundo em busca da verdade, com um alto sentido de responsabilidade democrática. Mas face à ausência do jornalista em diversos eventos, é impossível aos profissionais testemunhar e captar em direto determinados eventos, surgindo então o cidadão anónimo que, através dos novos dispositivos móveis, contribui de forma ativa para o trabalho jornalístico. Para incentivar esta participação por parte dos cidadãos, os media tradicionais criaram plataformas e sites que possibilitam o envio de material dos cidadãos para as redações, como é o caso do iReport.com, uma plataforma utilizada pela BBC e pela CNN, de onde são retirados materiais dos cidadãos pelos jornalistas, que assim complementam a informação recebida nas redações.

No terceiro capítulo, intitulado “Bearing Witness, Making News”, o autor relembra os valores que moldam o jornalismo, inscritos nos livros de estilo, e os

mecanismos indispensáveis à objetividade, como a investigação cuidada e a pluralidade de fontes. Allan recorda que um desses pilares é o compromisso com as testemunhas e com as diversas fontes, pois são elementos essenciais na identidade e na rotina jornalística. Contudo, o autor aponta também algumas fraquezas ao contributo do cidadão para a democracia, nomeadamente a sua incapacidade de se desvincular de um discurso nacionalista.

Stuart Allan aborda ainda o contributo de cidadãos nos momentos em que os media não estiveram presentes, como o caso do assassinato de John Kennedy, captado por Abraham Zapruder, referindo que semelhantes exemplos puseram em causa a autoridade dos jornalistas enquanto contadores de histórias, explicando que a acessibilidade da alta tecnologia conferiu ao cidadão um discurso de testemunha tão credível quanto o dos media tradicionais.

Allan reconhece alguns pontos fortes no jornalismo de cidadão, como o discurso descomplexo e menos filtrado, que contribui para uma simplificação dos assuntos. O autor refere ainda que, embora não seja muito frequente, os jornalistas-cidadãos investigam e por vezes completam o trabalho dos media, como acontece com alguns *bloggers*, transformando a internet numa plataforma alternativa assente num modelo *do-it-yourself (DIY)*, através da criação de um espaço interativo e dinâmico de partilha com outros indivíduos de diversos locais do globo. Contudo, e apesar de o testemunho do cidadão ser cada vez mais comum, há que ter em conta, como relembra Sue Tait num artigo recente, que testemunhar é um estado de exceção e de emergência, em situações muito concretas e fora do normal (Tait, 2011: 1233).

No quarto capítulo, intitulado “Witnessing Crises in a Digital Era”, o autor detém-se sobre a revolução nos media provocada pelo surgimento da internet, momento a partir do qual o cidadão começa a ganhar maior relevância. Allan refere que, na perspectiva de alguns teóricos dos media, a objetividade excessiva e a elevada dependência do trabalho jornalístico relativamente às fontes oficiais são consideradas práticas obsoletas. Por este motivo, o jornalismo de cidadão inspira-se numa linguagem acessível, transparente e independente, e rentabiliza ao máximo os recursos dos media na *web*, envolvendo diversas comunidades virtuais. No entanto, Allan contrapõe ao potencial produtivo deste tipo de jornalismo a visão de que a realidade de alguns assuntos é muito complexa, e que este aspeto é desvalorizado pelo jornalista-cidadão.

O autor refere ainda os pressupostos do jornalismo de cidadão, argumentando que este requer o conhecimento em primeira mão de uma determinada ocorrência, que deve procurar ser o mais objetivo e imparcial possível, e que deve convocar aspetos que promovam a curiosidade. No jornalismo de cidadão, a utilização dos novos dispositivos deve ser combinada com uma narrativa verbal para oferecer ao espetador uma

exploração mais completa do acontecimento, e poder ser prova de uma maior aproximação à realidade e ao momento concreto do evento - da própria *história*.

Stuart Allan afirma que as práticas jornalísticas são processos que procuram estratégias eficazes para estabelecer e manter a credibilidade de testemunhas a partir de diferentes tipologias de testemunhos, as quais configuram estatutos éticos desiguais no contributo para o jornalismo, ou seja, frequentemente a exatidão do relato é secundária relativamente ao estatuto da testemunha, desde que esta seja considerada credível. Porém, esta é uma perspetiva que pode vir a perder sentido, uma vez que, com os novos dispositivos, o jornalista-cidadão capta apenas determinada imagem ou vídeo. Neste caso, a testemunha mais exata é o próprio dispositivo utilizado, fazendo com que o testemunho do indivíduo perca o seu estatuto central, isto é, a qualidade das imagens captadas e a posição do indivíduo que as capta passam a constituir elementos mais importantes.

O ambiente digital está a contribuir para a multiplicação de notícias que, através das diversas plataformas e aplicações, comprovam a urgência que os indivíduos sentem em partilharem o que sabem, o que viram e o que captaram sobre determinado assunto. Neste sentido, Allan defende que o cidadão sabe que pode enriquecer a democracia e o serviço público, ao tornar-se uma voz jornalística ativa. No entanto, em algumas circunstâncias, o testemunho dos cidadãos pode encontrar grandes dificuldades em contribuir para o trabalho jornalístico, como acontece em cenários de risco, nomeadamente em situações de guerra ou de conflitos armados, em que é muito difícil obter um testemunho detalhado ou captar imagens e vídeos de qualidade. Assim, para o autor, o atual desafio que se coloca ao jornalismo *online* reside na abertura de mais espaços para o cidadão poder partilhar aquilo que acabou de testemunhar e de captar sobre determinado evento.

O quinto capítulo, intitulado “News, Civic Protest and Social Networking”, aborda o espaço proporcionado pelas redes sociais às vozes de protesto e à exposição de injustiças. Segundo Allan, as tecnologias de informação e de comunicação podem ser utilizadas para fortalecer a participação no debate democrático, funcionando como potenciais extensões do exercício da cidadania política através da promoção de uma cultura participativa que proporciona ao cidadão um relacionamento mais próximo com a notícia e uma maior aproximação entre os indivíduos. Do mesmo modo, Gabe Mythen defende o potencial da internet no exercício de uma cidadania ativa, e refere que, por exemplo, na semana a seguir aos atentados do 11 de setembro um terço dos utilizadores americanos leu material informativo em sites e fóruns de discussão, por oposição aos canais tradicionais de disseminação jornalística (Mythen, 2010: 49), provando que os media sociais se tornaram veículos eficazes para a mobilização dos

indivíduos. O surgimento de diversos movimentos cívicos ligados ao espaço digital, como as manifestações na Grécia, as revoltas da Primavera Árabe, os incidentes no Norte de Londres e a ocupação de Wall Street são exemplos do modo como, na grande maioria dos acontecimentos contemporâneos, os media sociais desempenham um papel fundamental na reportagem do que está a acontecer, operando simultaneamente como canais de informação rápida, de confiança e sem interferência dos grandes grupos jornalísticos. A título de exemplo, Allan conta como no caso da ocupação de *Wall Street* o evento teve maior protagonismo nas redes sociais do que nos media tradicionais, defendendo que sem estas plataformas não teria sido possível tornar esta ação num movimento global.

Na sexta parte do livro, designada “WikiLeaks: Citizen as Journalist, Journalist as Citizen”, Allan reflete sobre o impacto da WikiLeaks no jornalismo contemporâneo. Apesar de esta plataforma ter disponibilizado informações e documentos confidenciais, o autor considera que esta não contribuiu para uma mudança política radical, nem alterou o modo como a comunidade internacional percebe ou se relaciona com os Estados Unidos. Allan reconhece, contudo, que a plataforma introduziu algumas práticas e rotinas inovadoras nos media informativos, como o jornalismo investigativo envolvendo alta tecnologia. Também para a jornalista e diretora do Jornal *Público*, Bárbara Reis, este escândalo tornou evidente que sem “bom jornalismo” não existiria democracia, nem este tipo de “fuga de informação”, porque apenas as grandes redações conseguem analisar e procurar relações de verdade neste tipo de “documentação secreta e confidencial” (Reis, 2010). Allan considera ainda que a visibilidade desta plataforma foi potenciada pelo mediatismo do seu fundador, Julian Assange, mas que a dimensão mediática da WikiLeaks se ancorou no papel determinante do cidadão comum, uma vez que foi através do contributo de indivíduos anónimos que toda a informação secreta se tornou pública. Neste sentido, Allan defende que o jornalismo passou a contar com a paixão, a inovação e a experiência de cidadãos anónimos, o que contribuiu para questionar as hierarquias de poder tradicionais e criar novas formas de reivindicar liberdade de expressão e de informação.

No último capítulo, com o título “The Global Village of Images”, o autor traça a evolução do jornalismo de cidadão e do contributo das testemunhas na construção das notícias, defendendo que estes dois discursos complementam o jornalismo tradicional mas não o substituem. O autor explica que, por exemplo, a Primavera Árabe foi provocada por um conjunto de revoltas e manifestações populares que não aconteceram como *consequência* das notícias produzidas nos media sociais, mas antes que estas plataformas foram determinantes na constituição dos relatos sobre o acontecimento, uma vez que se gerou uma enorme atração por este tipo de cobertura

imediate e presencial, mesmo tendo em conta os perigos inerentes. Allan acrescenta ainda que muitas “comunidades vizinhas” atravessaram fronteiras para cobrirem estas revoltas no epicentro dos acontecimentos. Neste caso, os canais de comunicação de notícias dependiam de materiais multimédia, na maioria partilhados nos sites de redes sociais, de forma a complementar a informação das agências noticiosas, tendo, aliás, sido criadas redes ilegais de distribuição de imagens e vídeos que ofereciam relatos em “primeira mão”. Neste contexto, Allan chama a atenção para o choque provocado pela violência de alguns documentos multimédia e para o impacto produzido por estes materiais, o que levou alguns editores a fazerem escolhas imediatas e difíceis considerando os limites éticos e a exploração sensacionalista das imagens disponibilizadas - ainda que os vídeos e imagens que não são mostrados nos meios tradicionais tenham espaço em plataformas de partilha de vídeos, como o YouTube.

É neste sentido que, para Allan, existem duas abordagens diferentes ao fenómeno do jornalismo e do testemunho do cidadão. Por um lado, é considerado um epifenómeno, uma espécie de “moda passageira” face ao boom de conteúdos gerados pelo utilizador. Por outro, o jornalismo de cidadão demonstra um potencial que merece atenção, por passar a intervir num campo que era exclusivo do jornalismo tradicional. Considerando estas duas perspetivas possíveis, Allan adota uma posição conciliatória: apesar de o jornalismo de cidadão poder constituir um contributo informativo relevante, complementando a informação e as notícias tradicionais através do relato na primeira pessoa, esta modalidade jornalística nunca colocará em causa o papel do jornalista profissional.

Em jeito de conclusão, Allan defende que o desenvolvimento do jornalismo de cidadão pode contribuir para o surgimento de novas questões sobre o papel das novas tecnologias de informação e sobre as estratégias de “comunicação de massas autocomandada”. O autor argumenta que as inovações tecnológicas são fundamentais, mas que o mais importante é a forma como estas são e serão absorvidas e moldadas pelos princípios de negociação, acessibilidade, e gestão das pressões e constrangimentos sociais. Através desta obra, é possível perceber o impacto do jornalismo de cidadão, mas também os constrangimentos que se colocam a este fenómeno, que ainda é residual relativamente à elevada dependência da produção de notícias dos meios de comunicação tradicionais: um recente estudo acerca do jornalismo de cidadão, conduzido pelo portal Wikinews (Bosshart e Schoenhagen, 2013), revelou que 80% das notícias é baseado em informação dos media tradicionais.

Ao longo do livro são apresentados os casos em que o jornalismo de cidadão teve maior impacto, e, porque existem muitos documentos colocados em plataformas de partilhas de vídeos que não são vistos nem disseminados, os exemplos convocados por

Allan representam apenas uma fração de um universo mais extenso, o que reduz o conhecimento sobre o fenómeno à dimensão mediática dos eventos citados. Para além disso, importa notar o modo como diferentes contextos socioculturais e económicos geram desigualdades de oportunidade no acesso a estas práticas, nomeadamente em consequência da distribuição desigual de equipamentos de captação e produção de conteúdos, o que reduz a representatividade destes fenómenos a contextos mais ou menos desenvolvidos. Por fim, convém salientar que Stuart Allan nunca se refere ao jornalismo de cidadão como “jornalismo amador”, mas sim como um “testemunho mediado”, o que acentua a vocação mais testemunhal do que jornalística destas práticas.

Face a um período de incerteza causado pela crise no jornalismo, *Citizen Witnessing: Revisioning Journalism in Times of Crisis* presta um contributo essencial para perceber os contornos da participação do cidadão no espaço informativo, enquanto testemunho e fenómeno acidental. Ainda que reforçando a ideia da participação ativa do cidadão no jornalismo contemporâneo, o livro afasta a possibilidade da substituição dos meios informativos tradicionais pelo testemunho do indivíduo comum.

Referências

Allan S e Thorsen E (eds) (2009) *Citizen Journalism: Global Perspectives*. New York: Peter Lang.

Bosshart S G e Schoenhagen P (2013) Amateurs striving for news productions. Can they compete with professional journalism?. *Studies in Communication Sciences* 13: 139-147.

Castells M (2006) A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. Em: Manuel Castells e Gustavo Cardoso (eds) *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 17-30.

Mythen G (2010) Reframing risk? Citizen journalism and the transformation of news. *Journal of Risk Research* 13(1): 45-58.

Reis B (2010) 2011: o ano de grandes desafios para o jornalismo. *Público Online*. Disponível em <http://www.publico.pt/multimedia/video/2011-o-ano-de-grandes-desafios-para-o-jornalismo-634293908040468750> (Consultado a 29 de setembro de 2014)

Tait S (2011) Bearing witness, journalism and moral responsibility. *Media, Culture & Society* 33(8): 1220-1235.